

Mariana Vieira Galuch<sup>1</sup>  
Cintia Natacha Takahashi<sup>2</sup>  
Maria Aparecida Alves<sup>3</sup>  
Eder Pereira Gomes<sup>4</sup>

UEM-PR

# RELATO DE EXPERIÊNCIA NO NOROESTE PARANAENSE : O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA BIOLEITE

## RESUMO

O trabalho tem como proposta analisar a iniciativa de organização coletiva de agricultores familiares e sua trajetória na busca por melhorias no processo de comercialização do leite em sua região. O grupo em questão, a Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá - BIOLEITE, iniciou o processo por meio da assessoria da Incubadora de Empreendimentos Solidários (IEES), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Avançado de Umuarama (CAU), no noroeste do Paraná. Através da sua organização e na busca por novos mercados, conhecimento e articulação com políticas públicas de Economia Solidária, conseguiram melhores preços e qualidade do leite, permitindo a valorização do trabalho do produtor e permitindo uma melhor renda e qualidade de vida. Nesse momento, o trabalho tem como objetivo divulgar o trabalho dos produtores, a metodologia de incubação e levar essa experiência para outras localidades que enfrentam dificuldades com a comercialização do leite.

Palavras-chave: Organização; Produtores de leite; Agricultura familiar.

## ABSTRACT

The objective of this article is to analyse the initiative of a group of family farmers and its trajectory to seek improvements to sell their milk production in their region. The group named Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá - BIOLEITE [a co-operative venture between milk producers of Arenito Caiuá] started with advises provided by Incubadora de Empreendimentos Solidários (IEES) [Incubator of Solidarity Enterprises] of Maringá State University, Campus of Umuarama, located in Northwest of Paraná. Due to their organisation and constant search for new markets, knowledge and articulation with public policies of Solidarity Economy, the farmers achieved better prices for their product and improved its quality. As a result, it valued the local producers and provided them with an increase in its income as well as improving their quality of life. In addition, this study aims to disseminate the work of local producers and incubator methodology, besides taking this experience to localities that have difficulties in selling their milk production..

Key words: Organisation; Milk producers; Family farm.

1 - Mestranda em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina. E-mail: mgaluch@yahoo.com.br

2 - Mestranda em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. E-mail: cintianatacha@gmail.com

3 - Mestre em Geografia, Universidade Estadual de Maringá. E-mail: maria3003@yahoo.com.br

4 - Doutor Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Maringá. E-mail: ederpgomes@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O objeto de estudo visa analisar o processo de constituição da Cooperativa de Produtores de Leite do Arenito Caiuá – BIOLEITE através da metodologia de incubação e as estratégias encontradas pelos sócio-fundadores para enfrentarem as dificuldades em relação à comercialização do leite na região. A cooperativa foi constituída em novembro de 2006, com 23 sócio-fundadores, na qual abrange produtores dos municípios de Cruzeiro do Oeste e Tapejara, Mesorregião noroeste do Paraná, localizados respectivamente na microrregião geográfica de Umuarama e Cianorte.

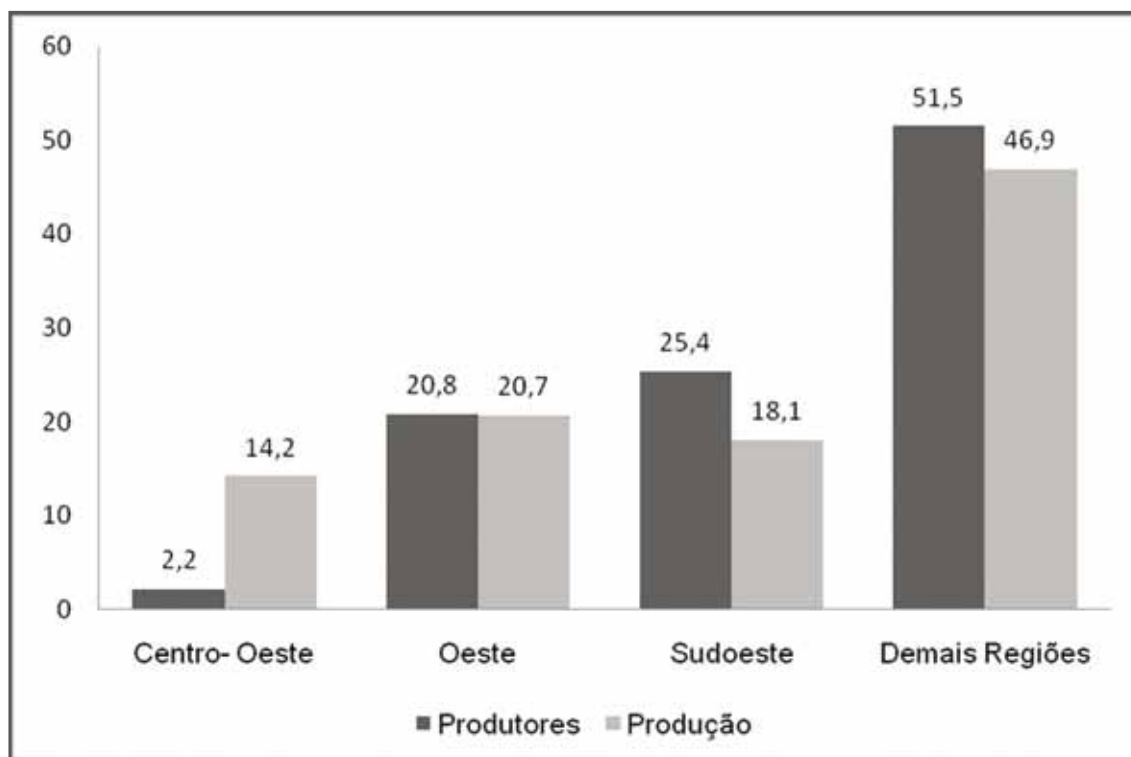
A cooperativa apenas vende o leite em conjunto, pois para o beneficiamento da matéria-prima são necessários altos investimentos. Com uma renda familiar de até quatro salários mínimos, os cooperados participam de financiamento com linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento para Agricultura Familiar (PRONAF) acima de R\$10.000,00 em suas propriedades.

De acordo com o critério adotado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em efeito do PRONAF consideram-se produtores familiares, todos os agricultores que contratam até dois empregados permanentes e possuem área rural inferior a quatro módulos fiscais, sendo este módulo fiscal, a unidade de medida em hectares, fixada para cada município que leva em consideração alguns fatores como: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes significativas no município em função da renda ou da área utilizada.

A atividade leiteira paranaense exerce grande influência na economia do Estado onde em 2001, de acordo com Guimarães et al. (2005) a produção ocupou o terceiro lugar no agronegócio, ficando atrás apenas da produção de soja e carne. A região norte-paranaense participa com 30% da produção de leite do Estado, envolvendo principalmente os produtores familiares.

Comparada com outras áreas de produção leiteira do Estado, a região estudada não estão entre as áreas mais significativas da produção destacando-se as três principais bacias na produção de leite as regiões: Centro-oeste, Oeste e Sudoeste conforme podemos verificar no Gráfico 01.

**Gráfico 1- Participação percentual dos produtores e da produção de leite, segundo a região do Estado-Paraná Nov. 2006 out 2007**



## A DIFICULDADE: A COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE.

A cadeia produtiva do leite passou por modificações nas últimas décadas, principalmente no início dos anos de 1990, entre elas, a abertura comercial e a liberalização do preço do leite, antes controlado pelo governo. Com isso, houve mudanças no processo de comercialização por parte dos produtores, que passaram a reivindicar o preço do leite diretamente com o setor industrial. (GOMES; CAMPOS FILHO, 2002)

Para os cooperados da BIOLEITE, antes da organização em cooperativa, a comercialização e a negociação do produto não era feita diretamente com os responsáveis pelo laticínio e sim com os denominados “freteiros”, que possuem caminhões resfriadores e são contratados pelos laticínios, num serviço terceirizado para recolher o leite em cada propriedade, ou seja, “puxar o leite”.

Os produtores que conseguiam melhores preços eram aqueles que insistiam na negociação de produto. De acordo com uma produtora, o freteiro chegou a pagar um preço justo, mas impedia que comentasse com outros o preço negociado, caso contrário, abaixava o valor de quem contou. No entanto, os freteiros não se preocupavam com os procedimentos que influenciavam na qualidade do leite. Não existia separação no armazenamento do leite nos caminhões resfriadores, a produção era depositada num mesmo recipiente, misturando o leite de todos os produtores, não classificando por qualidade.

Em setembro de 2002, houve mudança na portaria Ministerial 56/99, vigente desde 1952, resultando na Instrução Normativa nº51 de 18 de setembro de 2002, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Esta normativa estabelece critérios de higiene, de manejo sanitário, de armazenamento e transporte do leite, sendo necessários todos da cadeia produtiva a seguirem esta normativa. Com a introdução dessa medida, muitos agricultores realizaram investimentos para se adequarem a esses novos padrões de exigência para permanecer na sua atividade de trabalho. (BRANDÃO;LEITE, 2003)

Para Alvim, Martins e Mustefaga (2002, pg.201)

Estabelecer normas de qualidade, estruturar serviços oficiais de fiscalização, promover pesquisas, instituir programas de capacitação de recursos humanos, disponibilizar crédito compatível com a realidade do setor, são políticas importantes para dar suporte ao processo de melhoria na qualidade do leite. O pagamento diferenciado pela qualidade é um dos principais instrumentos para estimular os produtores a se especializarem. Essa diferenciação passava pela necessidade de remunerar adequadamente o produtor que internalizou parte do custo de resfriamento que, antes do processo de granelização, era das indústrias. É importante destacar que o estímulo à melhoria da qualidade, além de valorizar o produto em si, traz também ganhos pelo aumento de produtividade e redução de desperdícios.

Para atender as essas novas exigências é preciso que produtores, laticínios, órgãos de inspeção afinem seus canais de comunicação. Com essas mudanças, é imprescindível que existam cursos de capacitação, trabalho de extensão além de linhas de crédito para a nova estruturação exigida pela nova instrução.

Em relação aos laticínios do Paraná, a questão do pagamento por qualidade do leite ainda é um assunto complexo: existem muitas restrições e dificuldades, há heterogeneidade entre os produtores de leite, tanto em quantidade de leite produzido, como conscientização dos mesmos referentes à Instrução Normativa nº51. Adequar-se a este sistema requer um trabalho longo e bem planejado. (SOUZA, 2007)

No entanto, entre todos os incentivos e normas para obter a qualidade apropriada, o produtor ainda vende o leite de acordo com o mercado, laticínio e indústrias. A venda e a compra do leite ainda são orientadas de acordo com as condições que o mercado exige. No entanto, estabelecimentos que compram o leite *in natura* dos pequenos produtores pagam pelo leite de acordo com o volume, a quantidade, não exigindo padrões de qualidade. Essa situação ainda permanece mesmo depois de sete anos da Instrução Normativa nº 51, não existindo uma fiscalização assídua quando o produto chega ao laticínio, para verificar seus padrões de qualidade.

## A CONSTITUIÇÃO DA COOPERATIVA JUNTO A INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (IEES) - CAU

Para superar a problemática da comercialização do leite no município, um grupo de pequenos produtores, residentes no município de Cruzeiro do Oeste, que de longa data se sentiam vítima de tal exploração, pediram auxílio para o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), para encontrarem alguma alternativa que pudesse melhorar suas condições de trabalho diante dos obstáculos encontrados pelos laticínios. O grupo, ao procurar a empresa, necessitava de uma assessoria na constituição de uma associação. Contudo, naquele momento, a EMATER, conhecendo a metodologia de trabalho, indicou a Incubadora<sup>1</sup>

1 - A Incubadora universitária tem como um dos seus objetivos integrarem a Universidade e os trabalhadores para desenvolvimento de projetos que subsidiem suas lutas por melhores condições de vida e trabalho- Texto extraído do folder do Núcleo/ Incubadora UNITRABALHO-UEM.

de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Campus Avançado de Umuarama (CAU) para auxiliar nesse processo.

Durante o período de incubação, os produtores de leite realizaram reuniões para discussão de como viabilizar a proposta do novo empreendimento que vinha se constituindo, pelos princípios da Autogestão e da Economia Solidária. Os encontros aconteciam nas casas dos produtores e no Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos dois municípios.

Em função do grupo ser composto por produtores rurais, as reuniões eram realizadas no período noturno, único horário disponível pela grande maioria. Entre o período dos primeiros contatos (maio de 2006) até sua formalização em cooperativa na junta comercial (março de 2007) foi um período de quase um ano para sua legalização.

Neste período, os produtores fizeram algumas visitas a outras associações, para compreender o processo de beneficiamento do leite e também receberam a visita da diretoria da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI), do assentamento Santa Maria de Paranacity - PR. A COPAVI, por possuir uma grande experiência na produção leiteira e na organização autogestionária, pôde relatar toda a sua experiência de como foi o processo de constituição de seu empreendimento, hoje considerado um exemplo em todo o país.

A proposta inicial da nova Cooperativa foi tentar alcançar melhores preços na comercialização do leite no aspecto da venda conjunta, mas seus objetivos são observados na frase de um produtor de uma outra localidade:

Industrializando o produto e colocando direto no mercado, ou diretamente para os pequenos agricultores, eles passariam a garantir um meio de vida melhor. Passariam a eliminar o atravessador e ter assim, uma vida mais coletiva e mais social. Até para a saúde deles seria melhor porque daí, a mão de obra era distribuída melhor, os filhos deles permaneciam ali com eles (Areolino de Moraes, em 30.03.92, apud GEHLEN, 1998, p. 67).

Para a constituição da cooperativa, outra forma de organização se apresentava. O trabalho da Incubadora com o grupo foi possível através do fomento às iniciativas de economia solidária, pelo Governo Federal, nesse caso, através de recursos não reembolsáveis financiados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP), com o projeto do Núcleo Local da Unitrabalho/UEM para o campus da UEM/CAU: “*Incubação de Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários*”, que contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Umuarama, Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Oeste e EMATER/Umuarama, contemplando a região Noroeste do Estado do Paraná (Microrregião Entre-Rios). Outros Ministérios, como MDA, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), contribuem com essas iniciativas.



**Foto 1: Inauguração da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários-IEES- Campus Avançado de Umuarama-CAU →**

Fonte: Arquivo pessoal,2006.

Segundo Dowbour (2006, pg. 06), para que as atividades funcionem efetivamente, um processo de apoio às iniciativas locais, tecnologias sociais, melhores práticas – seja qual for o termo que as designe – “as diversas instituições têm de construir um sistema articulado [...] se não, teremos sempre projetos caídos de pára-quedas, que sobrevivem enquanto durar o apoio de uma instituição determinada”.

Dessa forma são essenciais que parceiras sejam feitas em todas as escalas: os agentes sociais locais, a administração pública em seus diversos níveis, as empresas, o terceiro setor, as organizações comunitárias, os sindicatos, as igrejas, para que as ações tenham mecanismos de avaliação e sustentabilidade e não sejam experiências com prazos determinados.

## RESULTADOS: A ORGANIZAÇÃO E AÇÃO COLETIVA DA BIOLEITE

No início de 2007, com a cooperativa BIOLEITE já constituída, algumas ações foram acontecendo gradativamente. A primeira ação do grupo foi entregar uma lista com o nome de todos os cooperados e produtores que estavam juntos com a BIOLEITE para os freiteiros terceirizados pelo Laticínio<sup>2</sup> 01, empresa na qual a maioria entregava o leite, informando que deixariam de entregar. Nesse momento, o responsável pela

2 - Por razões éticas, os nomes dos laticínios não serão relatados.

linha de coleta de alguns produtores ameaçou o grupo, dizendo que estava disposto a “gastar dinheiro” para desestruturar a cooperativa. Perante essa intimidação, alguns produtores se sentiram ameaçados, deixaram de participar do grupo.

É fato que nenhuma empresa apóia a iniciativa de organização coletiva de produtores, pois quanto mais isolados, melhores são as formas de estratégias de manipulação no preço do leite. A colocação de Brandenburg (1999) sobre o produtor, a agricultura familiar tem um significado muito importante quando o autor diferencia que seus interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo, enquanto numa organização empresarial capitalista não há espaços para subjetividades. E os agricultores, os sujeitos sociais em questão, “são indivíduos envolvidos em ações coletivas de construção do “mundo da vida” no meio rural” (BRANDENBURG, 1999, p.22).

Discussões aconteciam com freqüência entre produtores e freiteiros, houve casos de até dois freiteiros buscarem o mesmo leite por não darem credibilidade na iniciativa da cooperativa. Nesse momento passaram a vender o leite para outro laticínio da região, o Laticínio 02, situado no município de Tapejara. A produção do grupo é significativa, com a quantidade de 150 mil l/m e de boa qualidade. Em estudo realizado com laticínios do Estado do Paraná sobre condições de pagamento, constatou que 15% dos laticínios recebem até 100.000 litros/mês e 43% recebem de 101.000 a 500.000 litros/mês (SOUZA, 2007).

Não satisfeitos com o preço pago pela matéria-prima, uma vez que a BIOLEITE produzia uma quantidade expressiva de leite e de boa qualidade, membros da diretoria iniciaram uma busca na região para saber se existiam empresas que pagassem de forma mais justa e adequada sua produção.

Na procura por uma organização que pagasse de forma mais justa pelo preço a diretoria da BIOLEITE, entrou em contato com a empresa 03, localizada no município de Londrina, há uma distância de 200 km para conhecer e explicar suas dificuldades no processo de comercialização em seus municípios. Assim, logo passaram a vender o leite, pois na região era a única que pagava pela qualidade do produto. Como a qualidade é essencial na produção do leite, a Empresa 03 passou a oferecer cursos e palestras aos cooperados, capacitando-os para que pudessem melhorar a qualidade do leite e de tal modo atender as exigências da Instrução Normativa nº51.

A partir desse processo, os produtores conseguiram melhores preços pelo leite, investindo mais em tecnologia, já que os produtores familiares têm grandes dificuldades de incorporarem novas tecnologias de produção e transformação, principalmente pela falta de capital e a ausência dos jovens, eventuais sucessores da atividade. A situação se agrava quando se analisa a relação entre esses pequenos produtores com os compradores do produto: ausência de qualquer poder de negociação na definição dos preços de venda.

Fato muito importante na negociação com a Empresa 03 foi a ausência do freiteiro, visto que agora a BIOLEITE passava a tratar diretamente, estabelecendo e negociando preço adequado, sem se preocupar com conflitos que ocorriam anteriormente.

Com a mudança na comercialização da c, desde o processo de constituição da cooperativa até a busca de outros mercados, foi possível compreender a importância do conhecimento para os produtores, significando uma (re) valorização das capacidades e das prioridades dos agricultores, envolvendo-os como participantes ativos em todas as fases do desenvolvimento e colocando os seus conhecimentos locais e antigos com os novos, como elementos-chaves na formulação de alternativas produtivas sustentáveis (GUIVANT, 1997).

Com a crise mundial do leite em pó em 2008, a Empresa 03 deixou de pagar o preço adequado ao produto da BIOLEITE, já que cinquenta por cento da produção da empresa era destinada ao leite em pó e consequentemente ao mercado externo. Por outro lado, a distância entre Londrina e Cruzeiro do Oeste e Tapejara não era significativa na questão da logística.

Essas foram as razões ditas aos produtores da BIOLEITE, contudo, ao nosso ver, aconteceu o que toda empresa teme, a autonomia do produtor. A BIOLEITE percebeu e tornou-se capaz de negociar, aprendeu as regras do mercado e agora negociava de igual para igual o que causou incômodo a empresa.

Nesse sentido, os agricultores que interagem entre si nos seus espaços de convívio, mantêm diversos canais de intercâmbio, fluxos de informação e de atividades, principalmente em torno de sua produção agrícola. Dessa forma, esses produtores projetam uma diversidade em suas ações. Seus sistemas técnicos, seus sistemas de produção e organização, suas propriedades e formas de articulação tornam-se canais de intercâmbio e experiências (SABOURIN, 2001).

Desse modo, os cooperados retornaram a vender o leite para outro laticínio, o Laticínio 04, que possui entreposto na região. No entanto, a negociação apresentou uma perspectiva diferente das anteriores, principalmente na comercialização, pois a BIOLEITE conquistou respeito, garantia de preço e reconhecimento na região tanto pelos produtores quanto pelos laticínios não só pela sua qualidade e quantidade, mas principalmente no seu poder construído de negociação entre os laticínios.

Para os produtores, o diferencial não estava apenas no valor do litro de leite, e sim na garantia que o laticínio oferece. Enquanto os produtores individuais só sabiam o quanto receberiam pelo leite alguns dias depois da entrega, essa situação causava sentimento de insegurança, incertezas, pois trabalhavam de forma insegura, pois não sabiam ao certo o valor do seu trabalho. Os freiteiros pagavam um valor tão baixo pelo leite, que depois de dois a três dias, os produtores tinham que ficar brigando pela “esmola”, quantia chamada pelos produtores que lutavam por um preço mais justo, recebendo esse valor depois de realizado o pagamento.

No Paraná, existe Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná (CONSELEITE) que é uma associação civil que reúne representantes de produtores rurais de leite do Estado e de indústrias de laticínio que processam a matéria-prima (leite). O motivo da criação foi para estabelecer

formas alternativas para a remuneração do produto e reduzir os conflitos entre produtores e indústrias após a desregulamentação do setor no país iniciada na década de 1990. O CONSELEITE informa preços de referência da matéria prima e seus derivados. Em relação ao valor do leite in natura existem três classificações: maiores valores de referência (leite acima do padrão); valores de referência para o leite padrão; menores valores de referência (leite abaixo do padrão). Desse modo, o CONSELEITE possibilita maior transparência ao mercado do leite, divulgando permanentemente os preços médios para a comercialização.

Dessa forma a BIOLEITE assegura que seu produto seja pago através da projeção do CONSELEITE padrão, ou seja, antes mesmo da coleta sabem quanto irão receber pelo produto. Sabendo o valor antecipadamente, os produtores conseguem trabalhar com mais tranquilidade e conseguem trabalhar mais pela e na propriedade, a investir e fazer planos com segurança e autonomia. Atualmente é preciso investir na propriedade, em tecnologia, na genética do rebanho, para realmente melhorar a qualidade de vida.

Com essa garantia do preço do leite, os produtores da BIOLEITE têm a possibilidade de buscar investimentos e aumentar a produção. Boa parte já conseguiu aumentar a produção, enquanto a média antes era de 50 a 100 l/dia, hoje consegue uma média de 300 l/dia, média maior que a do Estado. Aumentando a produção, os produtores conseguiram melhoria na renda, e conseqüentemente, melhoria na qualidade de vida.

Houve a (re) conquista do valor que havia perdido por muitos produtores, a valorização do seu trabalho, quando percebem essa valorização buscam meio de se manterem na terra e com isso trazem uma nova perspectiva para toda sua família principalmente no que diz respeito à sucessão familiar.

Para Leite, Bressar e Zoccal (2002, p. 405) “*O desafio está em encontrar novas práticas tecnológicas e de organização social que atendam a esses princípios de sustentabilidade e equidade, garantido eficiência, qualidade no processo de produção e considere a inclusão de parcela significativa da população atualmente marginalizada.*”

Com essa conquista, os laticínios da região sempre entram em contato com a BIOLEITE oferecendo melhores preços no leite para os produtores, pois reconhecem a qualidade e a quantidade de produção. Quando isso acontece, os cooperados se reúnem para avaliar a proposta, de forma democrática, realizando reuniões com a participação dos cooperados. O pagamento do produto pelo CONSELEITE é uma garantia, pois os laticínios oferecem várias proposta pra conseguir que a BIOLEITE voltem a entregar seu produto à eles.

Algumas comunidades rurais, em seu espaço local, procuram, de certa maneira, driblarem ao conjunto de regras a que estão submetidos. Com isso, tende a buscar alternativas para a manutenção de seu modo de vida, buscando o bem-estar da comunidade, na tentativa de inserção no ambiente político e decisório. Algumas conseguem construir uma nova forma de organização, mudando o rumo de sua história, não obedecendo apenas uma lógica, mas sim aquelas que condizem com suas reivindicações. (ALVES, 2008)

Com essa iniciativa e nova forma de organização, é importante que o processo tenha início através da percepção dos produtores, que se conscientizem e afinem seus diálogos para buscarem soluções juntos, de forma coletiva diante das dificuldades encontradas. Outro ponto para destacar são as parcerias que precisam ser articuladas entre sociedade civil e poder público, através das políticas públicas, para melhor viabilidade das ações. É importante que essas políticas possam ser divulgadas a toda sociedade e esclarecida para o público alvo, através das universidades e órgãos de extensão rural.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Adilson F. **Conhecimentos Convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas.** In: ALVES, Adilson F; CARRIJO, Beatriz R; CANDIOTTO, Luciano Z. P. *Desenvolvimento Territorial e Agroecologia.* 1ª Edição. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.
- ALVIM, Rodrigo S; MARTINS, Marcelo C; MUSTEFAGA, Paulo S. **Desempenho da cadeia produtiva do Leite no Brasil – visão dos produtores.** In: O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. EMBRAPA, Juiz de Fora-MG, 2002.
- BRANDÃO, Antonio Salazar P; LEITE, José Luiz B. **O desempenho e as perspectivas para o agronegócio do Leite brasileiro no mercado internacional.** In: O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. EMBRAPA, Juiz de Fora-MG, 2002.
- BRANDENBURG, Alfio. **Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento sustentável.** Curitiba: Ed. UFPR, 1999.
- DOWBOR, L. **Redes de apoio ao desenvolvimento local: uma estratégia de inclusão produtiva.** Disponível em: <http://dowbor.org/default.asp>. Acesso em 10 jun.2008.
- GEHLEN, Ivaldo. **Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social.** In: FERREIRA, Ângela D. D.; BRANDENBURG, Alfio (Orgs.). Para Pensar Outra Agricultura. Editora UFPR. Curitiba, 1998.
- GUIMARÃES, C. C.; SOUZA, J. P. A coordenação e a articulação como indutores de Competitividade e sustentabilidade na cadeia de laticínios do Paraná. Caderno de Administração (UEM), v. 13, n. 2, p. 83-98, 2005.
- GUIVANT, Julia. **Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável.** In: *Cadernos de Ciência e Tecnologia.* Brasília, v.14, n.3, p. 411-446, 1997.
- GOMES, Aloisio T.;CAMPOS FILHO, Marcello M. **A competitividade e relação produtor/indústria laticinista.** In O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. EMBRAPA, Juiz de Fora-MG, 2002
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caracterização Socioeconômica da Atividade Leiteira do Paraná: sumário executivo.** Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Curitiba: IPARDES, 2009.
- LEITE, José L. B.; BRESSAR, Matheus; Zoccal, Rosângela. **Metodologia para o desenvolvimento da Agricultura Familiar na atividade leiteira no Brasil.** In: O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. EMBRAPA, Juiz de Fora-MG, 2002.
- SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação da agricultura familiar da Paraíba. In: Estudos Sociedade e Agricultura. V.16, p. 37-61, 2001.
- SOUZA, Tânia T. R. Pagamento por qualidade do leite: um estudo sobre os laticínios do Paraná. Programa de Pós-graduação em Teoria Econômica/UEM (dissertação). Maringá, 2007.